

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

## Quem somos

O boletim “O Trabalho” é publicado pelo grupo de militantes “A Internacional”.

Este nome traduz o nosso principal propósito: contribuir para construir uma Internacional Operária e uma sua secção em Portugal.

Creemos que o sistema de exploração capitalista condena a esmagadora maioria da população, portuguesa, europeia e de todo o mundo à degradação e à miséria crescente — enquanto concentra cada vez mais riqueza numa mão-cheia de grandes capitalistas.

Este regime, de propriedade privada dos meios de produção, arrasta a humanidade para a barbárie e para a guerra imperialista, que hoje lavra já em tantas partes do planeta.

Quase cento e cinquenta anos depois da Comuna de Paris, um século depois da Revolução Russa, mais de quarenta anos após o 25 de Abril, é nossa convicção que só a classe trabalhadora, emancipando-se da exploração, socializando os meios de produção, pode abrir à juventude actual um futuro de progresso.

Mais de um quarto de século após a queda da URSS, causada pela ditadura burocrática que roubou o poder aos trabalhadores poucos anos depois da revolução, nós cremos na necessidade de o movimento operário de todo o mundo construir uma Internacional, que agrupe os que defendem a completa independência das organizações dos trabalhadores do patronato e do Estado.

Uma Internacional que agrupe todos os que pensam que só se pode vencer, conquistar reivindicações, económicas, sociais e políticas, só se poderá derrubar o capitalismo, se sindicatos, partidos e organizações de trabalhadores se norteam pelo interesse específico dos assalariados, portugueses e de todo o mundo. E por nenhum outro. Não, sobretudo, por um pretenso “interesse geral”.

Todas as tentativas feitas por partidos que se reclamam da nossa classe para gerir “melhor” o sistema capitalista têm levado ao desastre e à derrota dos trabalhadores: os “males menores” acabam sempre por precipitar a chegada de males piores: dos piores males.

Este boletim propõe-se promover a discussão com os militantes e jovens interessados na construção dessa internacional, de partidos de que a classe trabalhadora, em Portugal, na Europa e no mundo, se possa servir para acabar com a exploração capitalista.

A conferência que, em Novembro de 2016, reuniu em Mumbai, Índia, mais de 350 delegados de 28 países de todo o mundo, foi um significativo passo nesta direcção. Por isso nestas páginas a referimos, por isso intercalamos neste primeiro número do “O Trabalho” o manifesto que adoptou.



## Conferência de Mumbai

### *Contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário*

Realizou-se em 18,19 e 20 de Novembro de 2016, em Mumbai (ex-Bombaim, Índia) uma conferência mundial que reuniu trabalhadores de 28 países e recebeu ainda mensagens de muitos outros países.

Durante três dias, 350 delegados de várias origens políticas e filiações sindicais debateram a luta contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, os problemas do movimento operário, a necessidade de independência de classe das suas organizações. A conferência foi inteiramente financiada por recolha de fundos entre os trabalhadores de todos os países representados, como nas suas conclusões salientaram os relatores da conferência, Nambiath Vasudevan (Índia) e Daniel Gluckstein (França).

Quase todos os delegados se associaram ao Manifesto de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, constituindo o Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária. Ficou assegurada a continuidade de mais de vinte e cinco anos de conferências mundiais e combates pela Internacional Operária que os relatórios introdutórios reivindicaram.

Juntamos a este primeiro número do boletim “O Trabalho” o Manifesto de Mumbai adoptado pela Conferência, que pomos à consideração dos trabalhadores e jovens portugueses.



## Precariedade destrói ensino

A aceitação pelo actual governo das restrições orçamentais impostas pela União Europeia tem como consequência o prolongamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores antes encabeçados por Passos Coelho. No sector do ensino, isto tem levado a protestos dos sindicatos e a ameaças de mobilização para impor a reversão das medidas do governo de Passos Coelho. Aqui e ali, a população e os alunos mobilizam-se e encerram temporariamente escolas, como aconteceu, por exemplo, em São Bartolomeu de Messines, Silves, em 15 de Dezembro, para protestar contra a falta de professor de Português desde o início do ano lectivo.

Ao escândalo da precariedade na contratação de professores do ensino básico e secundário o ministério parece responder com a integração nos quadros apenas dos professores com quatro contratos anuais sucessivos e de dois mil dos mais de cinco mil docentes com mais de 12 anos de serviço. Isto, num total de 53.158 professores em situação de precariedade, segundo o secretário-geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof), Mário Nogueira.

De lembrar que, de 2001 a 2014, a redução do número de professores foi da ordem dos 22% (de 155.000 para 120.000), quando a redução do número de alunos foi apenas de 7%. A degradação da qualidade do ensino, associada à redução do número de professores e, também, do número de escolas, é gritante.

No ensino superior, a situação não é melhor: a taxa de precariedade nas universidades é de 30% e nos politécnicos de mais de 50%, segundo Tiago Dias, da Fenprof, responsável pelo Ensino Superior.

A Federação Nacional dos Professores *“avisou que sem mudanças profundas não há hipótese de acordo e poderão ser equacionadas greves”* (Diário de Notícias, 6 de Janeiro).

Também a falta de trabalhadores não docentes nas escolas do básico e secundário põe em causa o respectivo funcionamento. Os directores de escolas e sindicatos afirmam que são necessários mais seis mil trabalhadores, mas a resposta do ministério da educação é o recurso a tafeiros, pagos a €3,49 à hora e podendo aspirar a um máximo de cerca de 240 euros mensais, acrescidos de subsídio de alimentação, porque só podem trabalhar até 3,5 horas/dia. E mesmo assim, só depois de Fevereiro poderão ser realizadas estas contratações.

No ensino, a escolha, iniludível, é a mesma: respeitar o ensino universal, gratuito e igual para todos; ou respeitar a UE e seus tratados. Ambos, não dá. ■

RR

## Defender o Serviço Nacional de Saúde

A defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) contra os ataques visando a sua destruição é uma das prioridades da luta dos trabalhadores e da juventude de Portugal, contra a política que os sucessivos governos, por conta da União Europeia, têm vindo a aplicar.

Desde logo, através da redução dos recursos indispensáveis à prevenção e ao tratamento dos doentes.

Para só dar um exemplo, recorde-se a situação de um dos principais estabelecimentos hospitalares do país, o Centro Hospitalar de Lisboa Central (CHLC), sucessor do grupo Hospitais Cívicos de Lisboa (HCL):

Com uma lotação de 2.973 camas em 1981 – pouco depois da criação do Serviço Nacional de saúde – contava com 1.316 camas no final de 2016, depois de ter conhecido o encerramento de dois dos hospitais que integravam o grupo (Arroios e Desterro) e ver integrada no centro que lhe sucedeu a Maternidade Alfredo da Costa.

Redução da lotação que não podia deixar de reflectir-se nos resultados da sua actividade assistencial: em 1981, o grupo HCL tratou 88.511 doentes em regime de internamento, valor que veio a cair vertiginosamente: no ano de 2016 foram tratados 46.460 doentes (menos 47,5% do que em 1981).

Apesar de circunscrita ao CHLC, herdeira do grupo HCL, esta queda abrupta dos resultados dos serviços de saúde é extensiva ao conjunto dos estabelecimentos do SNS, com graves consequências para a saúde da esmagadora maioria da população portuguesa, de que é expressão escandalosa o recrudescimento da tuberculose, supostamente extinta décadas antes.

Foi no quadro da resistência à destruição dos seus direitos e conquistas que os trabalhadores, na sequência da derrota eleitoral da direita nas últimas eleições legislativas, impuseram às direcções do PS, do PCP e do BE a recusa da viabilização de mais um governo de direita Passos-Portas que agravasse aquela política, acabando por se formar um governo do PS estribado

num acordo parlamentar com o PCP e o BE.

Governo em que os trabalhadores depositaram as suas expectativas, esperando que restaurasse os seus direitos, em larga medida postos em causa pelo anterior.

Mas, para além das parcas concessões que o governo do PS fez, ao nível das pensões e reformas de menor valor e do aumento do salário mínimo (à custa da redução da contribuição patronal para a taxa social única aprovada em concertação social em prejuízo dos trabalhadores), como será possível restaurar os direitos subtraídos aos trabalhadores, com um orçamento de estado que, acatando as exigências da União Europeia, reduz drasticamente os recursos para a saúde e restantes áreas sociais? A ponto de o ministro da saúde reconhecer que a exclusão de médicos do SNS conduziu ao nivelamento dos que nele permaneceram com os dos serviços de saúde privados, sem contar com os que se viram forçados a emigrar.

Perante esta situação, não terão os trabalhadores e os jovens necessidade de se mobilizarem, de forma unida, com as suas organizações (sindicatos, partidos e quaisquer outras estruturas a que recorrem para defender os seus direitos ameaçados), para exigir do governo a reposição de todos os recursos indispensáveis ao bom funcionamento do SNS, conquista de proa da Revolução do 25 de Abril de 1974?

E para viabilizar essa mobilização não se torna, desde já, indispensável que as direcções de todos os sindicatos do sector da saúde, com o apoio das centrais sindicais, promovam a mobilização unida de todos os trabalhadores, em vez de apenas promoverem iniciativas isoladas que se revelam incapazes de travar os ataques ao SNS? ■

Alexandre Ulisses



Editorial

## Orçamento 2017: Mais Um Mal Menor?

O orçamento para 2017 foi aprovado pela Assembleia da República, com os votos do PS, do PCP e do BE.

Foi também aprovado pela Comissão Europeia e não admira: a previsão de défice orçamental tem o valor mais baixo desde o 25 de Abril (1,6%). Acata o ditame de Bruxelas para reduzir a dívida pública. O orçamento prevê pagar à banca internacional, em 2017 mais de 9 mil milhões.

Tirando os juros, o orçamento 2017 “dá lucro”: é de 2,8% do PIB. Na linguagem económica, chama-se a isso um “orçamento de austeridade”.

Nos últimos dez anos, baixaram-se brutalmente salários e pensões. Saúde, ensino e transportes degradam-se a olhos vistos. E o orçamento 2017 decreta mais austeridade. O investimento público previsto fica abaixo do do serventário da troika, Passos Coelho, em 2015!

O Bloco de Esquerda dá por isso. Diz Catarina Martins que o défice baixo se faz “à conta do investimento na escola, nos hospitais, na cultura e na ciência, que todas as pessoas percebem ser precisa neste país”. Porém, o BE (e o PCP) votam o orçamento.

O Bloco de Esquerda dá também por que “com a troika foi destruída a contratação coletiva e foram precarizados os postos de trabalho. Nós precisamos de recompor a legislação do trabalho. (...) Nós achamos que um compromisso mínimo com o Partido Socialista seria retirar aquelas normas [do Código do Trabalho] que a troika obrigou a pôr”. Ora, o acordo que o BE apoia não atinge este mínimo.

Apoia, em vez disso, um orçamento que dois conhecidos comentadores do programa da TSF “Bloco Central” apontavam secamente como documento “que o PSD, um PSD que não este PSD, não teria qualquer problema, antes pelo contrário, em apresentar ou aprovar.”

Pelo seu lado, o secretário geral do PCP, embora aponte o declínio contínuo e inexorável sofrido pela economia portuguesa desde o Tratado que criou o euro, diz que, por ser “responsável”, não é não pela saída do euro, mas por um “processo”. Para “processos”, está Bruxelas aí.

Catarina Martins diz que o orçamento, ao baixar o défice à custa do investimento nas escolas, saúde e transportes, “[vem] demonstrar [a] urgência da reestruturação da dívida pública. Temos que fazer caminho sobre essa proposta.” Na verdade, o serviço da dívida pública absorve “quase tantos recursos como o Serviço Nacional de Saúde e mais que a escola pública”. Porém, o BE aprova o orçamento sem “reestruturação” da dívida pública.

Nem agora, nem nunca: o ministro das finanças já disse que reestruturação da dívida pública, só no quadro das regras europeias. Só, pois, se os proprietários da dívida pública aceitarem reestruturá-la em seu desfavor. Ou, como alguém dizia, se o Pai Natal afinal existir.

Curiosa política, a do BE e o PCP: a revogação dos atentados do governo anterior ao Código do Trabalho é o “mínimo” que se podia exigir de um acordo com o PS. Mas apoia-se uma política que não cumpre esse mínimo. O PCP acha que o salário mínimo de 600€ era o mínimo exigível para dar um pouco de dignidade aos trabalhadores portugueses. Mas apoia uma política que não satisfaz esse mínimo. O orçamento demonstra, para o BE, a necessidade de “reestruturar” a dívida pública. Mas o BE e o PCP aprovam o orçamento que não “reestruturará” a dívida pública.

O BE e o PCP dizem ter uma política. Dizem que o orçamento faz o contrário dessa política. E concluem, fazendo a política do orçamento. A troca de “processos” e “caminhos” imaginários.

Entretanto, as restrições orçamentais contidas no orçamento para 2017 continuarão a obra de destruição dos transportes públicos, do serviço nacional de saúde e do ensino e manterão os salários abaixo da dignidade mínima dos trabalhadores portugueses.

Só a mobilização independente dos trabalhadores, com as suas organizações, poderá impedi-lo. ■

## Recomeço da negociação colectiva dependente da vontade dos patrões?

O movimento sindical está a atravessar momentos delicados: enquanto não forem revogadas as normas gravosas da legislação laboral de Passos e Portas, os sindicatos, para poderem negociar contratos colectivos, ficam dependentes das “boas graças” do patronato. Ora, a negociação colectiva é fundamental para a existência dos sindicatos. Podem eles ficar à espera que o governo entenda revogar a legislação antilaboral do anterior governo?

Os partidos que sustentam este governo tiveram os votos dos trabalhadores. Porém, o governo não responde perante os trabalhadores. Quem manda no governo são os tratados europeus, nomeadamente o Tratado Orçamental a que ele se submete. Ou seja, manda a Comissão Europeia, a banca, os especuladores.

O governo aceita a chantagem do patronato. O Sr. António Saraiva, da CIP, disse-se disposto a aceitar um aumento do salário mínimo desde que não houvesse mexidas na legislação laboral. O governo aumentou ligeiramente o salário mínimo, com o acordo da CIP, fazendo pagar parte do aumento à segurança social dos trabalhadores (reduzindo a TSU paga pelo patronato).

As melhorias limitadas introduzidas quando da formação do governo não resolvem a situação. Se não se revogam as leis anti-laborais, o movimento sindical, para poder reivindicar, fica legalmente dependente da “concertação social”, portanto do patronato. A concertação social como entidade de decisão das questões laborais é uma “central corporativa”. Como no tempo do fascismo, com os sindicatos subjugados.

Dizem as cúpulas sindicais que, enquanto a legislação não for revogada, resta o desenvolvimento da acção reivindicativa nas empresas. Sim, ela é necessária, é importante — e não espera por ordens de cima!

Mas, isolados, os sectores têm dificuldade. Veja-se o ataque aos sindicalistas da hotelaria no Algarve, ou aos vigilantes. O patronato não quer negociar. Espera que o contrato caduque. Depois da última greve do dia 27 de Outubro, o patronato da Prestibel atacou os sindicalizados e os grevistas de forma ilegal. Porquê? Porque se apoia na legislação que tem de ser revogada. E faz chantagem com o desemprego. Na TAP, onde o Estado é accionista maioritário, o governo fez um compromisso para evitar a greve nos aeroportos, comprometendo-se a evitar a caducidade do contrato com a Groundforce e a “analisar” as reivindicações dos trabalhadores de ‘handling’ e de segurança. O governo fez um compromisso na TAP porque a TAP é uma empresa importante.

No fundo, a questão continua a ser: o patronato quer a caducidade dos contratos porque quer a precariedade total, quer castrar os sindicatos, acabar com os direitos, baixar os salários, submeter os trabalhadores à arbitrariedade. O ministro do Trabalho, Vieira da Silva, disse que era possível “analisar” a duração dos contratos de trabalho a termo, mas, “as medidas devem ser produzidas com o maior consenso possível”... na concertação social. Irão os sindicatos ceder ainda mais para haver acordo na concertação social? Onde nos leva a política do “mal menor”?

Existe uma maioria de deputados na AR (PS, PCP, Bloco) que diz que representa os trabalhadores. **Exijamos-lhe a revogação imediata das leis anti-laborais!** Essa é a responsabilidade das direcções dos sindicatos. ■

**José Santana Henriques**

## Centenário da Revolução Russa de 1917

**A História Nunca se Repete. Continua, Renovando-se**

**Publicamos abaixo o primeiro artigo de uma série do historiador francês Jean-Jacques Marie sobre a Revolução Russa de 1917, momento chave da história da luta da classe trabalhadora mundial pelo socialismo, depois da Comuna de Paris de 1871. Apesar da monstruosa deformação que mais tarde viria a sofrer às mãos da burocracia estalinista, o primeiro Estado operário da história permanece uma referência para os trabalhadores do mundo inteiro.**

**Esta série é publicada em primeira mão no jornal dos nossos camaradas franceses, “*La Tribune des travailleurs*”.**

A carnificina da Primeira Guerra Mundial, em que as grandes potências imperialistas da época se embrenharam para repartir um mercado mundial que vinha a ser demasiado exíguo para permitir o escoamento pacífico das suas mercadorias, provocou, ao fim de três anos de massacres e sofrimento, a revolta das massas populares, suas vítimas. Levantando-se contra a carnificina, elas ameaçavam nas suas fundações o próprio sistema capitalista. Destas mobilizações de massas, a revolução russa é a única que resulta no derube da ordem — ou, melhor dito, da desordem — capitalista reinante. Daí a sua importância histórica excepcional.

Em 1920, Lenine salientava: “*Para que se dê a revolução, não basta que as massas exploradas e oprimidas tomem consciência da impossibilidade de viverem como antes (...), é preciso que os exploradores já não possam viver e governar como antes.*” Em tal conjuntura, *que hoje amadurece*, ela estala. Porém, acrescenta, “*Se não se der uma mudança na maneira de ver da maioria da classe operária, a revolução é impossível; ora, essa mudança é operada pela experiência política das massas, nunca pela propaganda por si só*”; esta deve contribuir, mas, sozinha, não pode produzi-la. Contribuindo para isso, o Partido Bolchevique, em 1917, passou, em poucos meses, de 10 mil a 200 mil aderentes.

O ódio suscitado pela revolução russa em todos os círculos intelectuais e mediáticos ligados, de perto ou de longe, ao capital financeiro tem a sua raiz na vontade de apagar esta lição da história e afirmar a perenidade do capitalismo em apodrecimento. Há pouco tempo, afirmava um jornalista do jornal financeiro francês *Échos*: só há duas maneiras de resolver o problema da dívida, o método de Lenine (os bolcheviques, ao chegarem ao poder, anularam a dívida monstruosa amontoada pelo czarismo junto dos bancos es-

trangeiros) ou reembolsá-la até ao último euro. De imediato concluindo, porém: o método de Lenine é inaplicável! O embaixador francês, denunciando a anulação, estigmatizava também “*a nacionalização dos bancos e a confiscação dos seus cofres-fortes*”, igualmente decretadas pelos bolcheviques; e igualmente actuais. Anne Applebaum, uma admiradora americana de George W. Bush, o destruidor do Iraque e arauto da “*guerra sem fim*”, indigna-se com a propriedade colectiva: na Rússia soviética, escreve, “*glorificava-se o roubo, disfarçado de nacionalização*!”. Os defensores do capital financeiro engalfinham-se para apresentar a revolução como uma utopia monstruosa. O burocrata Dmitri Volkogonov, antigo adjunto do chefe da direcção política das forças armadas soviéticas, para quem Lenine “*desencabrestou o Anticristo nos espaços da Rússia*”, assevera: “*Fim do capitalismo? Já não há ninguém que leve isso a sério*”. O historiador americano Martin Malia repete: “*No mundo real, existe apenas o capitalismo selvagem e formas de capitalismo temperado por regulamentações económicas e sistemas de segurança social designados por Estado-providência*” — nome fraudulento dado pelos apologistas do sistema às conquistas arrancadas pela classe operária, que o capital financeiro e seus serventuários, de esquerda como de direita, se encarniçam em dismantelar.

Dizem que o capitalismo é o horizonte final da história e que quem o queira transpor está louco e é um monstro. É a justificar e camuflar esta empresa que os apologistas do capitalismo em putrefacção se desdobram. O seu ódio à revolução russa é marca e reverso da actualidade desta, embora a revolução de amanhã assuma formas que serão evidentemente diferentes em vários aspectos. A história nunca se repete. Continua, renovando-se. ■

**Morte de Mário Soares**

A morte de Mário Soares no início de Janeiro deu lugar a uma espécie de canonização nacional do fundador do Partido Socialista. Como da sua vida fez ele política, da sua morte fizeram outros política.

Escrevemos na nossa página web uma breve apreciação do papel de Mário Soares na revolução portuguesa e o significado do seu funeral de Estado:

<http://ainternacional.pt/drupal/>.

**Ficha**

Publicado pelo grupo “A Internacional”  
Responsável: José Júlio Santana Henriques  
Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com)  
Página web: <http://ainternacional.pt/drupal/>